

TRANSMASCULINIDADES E COGESTÃO DOS DADOS ON-LINE: GÊNERO E SUBJETIVIDADE NO FACEBOOK¹

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira²

RESUMO

Qual a relação entre os entendimentos de si como sujeito generificado e a autogestão dos dados nas plataformas de redes sociais? Propomos relacionar tal entendimento de si de homens trans e pessoas transmasculinas com a tecnologia no processo de escrita de si na ambiência digital, levando em conta suas possibilidades técnicas, e ainda o relacionar-se com o outro nesses espaços. Objetiva-se apresentar os atravessamentos discursivos entre as negociações de se colocar como sujeito on-line possuidor de um gênero e ações de (des)indexação e de gerenciamento de sociabilidades no ambiente digital. Por meio de conversas on-line (entrevistas semiestruturadas) com usuários transgêneros do Facebook é que chegamos a um entendimento de passabilidade – ser lido como sujeito cisgênero (aquele que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer) – e como ela articula os dispositivos do gênero na rede social. Assim são apontados como estratégias de gestão de dados: a ocultação de fotos, exclusão de postagem por mudança de posicionamento, exclusão de perfil em rede social antes da transição – inclusive porque os sistemas não permitiam troca de nome –, evitar ser fotografado, bloquear e excluir pessoas transfóbicas, escrita de texto pedindo respeito e controle de acesso aos conteúdos. Os resultados levam a processos de desindexação de dados dos resultados na busca de redes sociais on-line e negociações na cogestão dos limites da privacidade na qual se procura constituir uma rede com pessoas de perfil similar em relação a opiniões e posicionamentos. Assim, temos homens que nos ambientes digitais vivem sua transgeneridade com pessoas que a respeitam nas quais o apagamento desse aspecto de suas vidas não se torna necessário.

Palavras-chave: Tecnologia digital, Comunicação on-line, Subjetividade, Transmasculinidade, Gênero

INTRODUÇÃO

Qual a relação entre os entendimentos de si como sujeito generificado e a autogestão dos dados nas plataformas de redes sociais? Como ter seu corpo lido socialmente pelo gênero que quer expressar é vivenciado por homens trans e sujeitos transmasculinos usuários do Facebook? Como tal questão infere no fato que esses sujeitos publicizam sua transgeneridade? Qual a política de exposição de si adotada pelos sujeitos? Como gerenciam as interações e os acessos de terceiros aos seus conteúdos? Há alguma relação entre usos e entendimentos de si? Há alguma diferenciação entre o revelar sua condição trans on-line e off-line?

¹ Esta é uma versão um pouco ampliada do texto anteriormente publicado no XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), acontecido em Salvador-BA, em agosto de 2019 (FERREIRA, 2019).

² Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@) e bolsista Fapesb. E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com

Buscando responder essas questões no sentido de buscar o vínculo entre discurso e práticas de si e de relação com o Outro é que ao pesquisar como pessoas transmasculinas³ se inserem em processos de digitalização de si no Facebook, nos interessou entender como expressar publicamente ou não sua transgeneridade influi em práticas de gestão de si e dos dados sobre si no ambiente on-line. É nesse sentido que este artigo quer responder quais são as relações entre entendimentos de si e do próprio gênero e práticas de autogestão nas plataformas de redes sociais on-line, mais especificamente no Facebook, tendo em vista suas possibilidades técnicas. Trabalharemos assim os atravessamentos discursivos entre as negociações de se colocar como sujeito on-line possuidor de um gênero, modos de entender o que se convencionou chamar de *passabilidade* e ações de (des)indexação e gerenciamento de sociabilidades. A passabilidade, que é a característica de sujeitos transgêneros passarem por sujeitos cisgêneros⁴, trata sobre a habilidade de conseguir apagar marcas ao máximo do seu sexo imposto ao nascer e colocar em si características sociais da identidade de sexo ao qual deseja ser reconhecido. É quando “se performatiza uma suposta continuidade entre sexo, gênero e desejo; isto é, quando a heterossexualidade está em sua plena performance de inteligibilidade” (DUQUE, 2017, p. 39) Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa em andamento para a tese de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia.

A proposta deste trabalho é a de, portanto, pensar as transmasculinidades em processo de digitalização de si nas redes sociais on-line através de enredamos nos debates teóricos das tecnologias e do gênero. O trabalho de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com 14 homens trans e pessoas transmasculinas feitas digitalmente nas quais eles foram interpelados sobre *Subjetividade trans, Acessos e usos, Exposição de si e Saberes, redes de apoio e produções coletivas*. Para este trabalho⁵ procuramos recuperar das falas desses sujeitos suas noções de passabilidade e as estratégias digitais de indexação e desindexação de si no relacionamento com o outro por meio do Facebook estabelecendo negociações sociotécnicas de limites no que se refere a ações de diferenciação de público e de publicações sobre suas questões de gênero.

³ Aqui entendemos como pessoas que não estão em conformidade com o gênero que lhes foram atribuídas ao nascer e que se constituem como sujeitos socialmente no espectro das masculinidades.

⁴ Cisgênero é aqui entendido como aquele indivíduo que está em conformidade com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, em processo de identificação e assujeitamento a norma culturalmente estabelecida a si. Também chamado de modo abreviado de “cis”.

⁵ Já introduzimos o assunto da relação entre passabilidade e manejo dos próprios dados on-line a partir de um estudo de caso o qual discutimos em outras ocasiões (FERREIRA, 2017; FERREIRA, 2018).

Dialogamos com a metodologia genealógica de Foucault no sentido de dedicarmos atenção aos discursos dos sujeitos enquanto produção de verdade e enquanto efeitos de poder em processos biopolíticos e aqui os pensando no lugar da resistência, de produções de si e de se afirmar na sua subjetividade. A categoria biopolítica nos escritos de Foucault, na leitura de Laura Bazzicalupo (2017), oscila entre um “viés racista e tanatológico e conjuntura governamental econômica” –, ou seja, na própria lógica e exercício da governamentalidade em criar o diferente, o outro, o inimigo, e de controlar aspectos da vida e da morte, levando em conta os dispositivos de segurança e controle do biopoder –, mas também em um outro viés em que há “uma biopolítica como afirmatividade potencial da relação vida-poder” (p.36). Essa segunda interpretação é a que nos interessa aqui, na qual há uma apropriação do conceito de biopolítica em seu aspecto afirmativo e vitalista, a vida como fundamento de uma prática política em que os sujeitos estão imbuídos de poder de resistência ao biopoder que o governa e que se expressa na potência de subjetivações (BAZZICALUPO, 2017). Trabalhamos assim por meio de um conceito de processo de subjetivação no qual os sujeitos estão a lidar com as normas sociais e se constituir em relação a ela, ora se assujeitando, ora se rebelando.

Consideramos significativamente a gerência das tecnologias nesses processos biopolíticos. Fazemos isso juntamente com Donna Haraway (2009), que faz uma dobra nos trabalhos de Foucault, quando ela afirma que estão colapsadas as fronteiras entre corpo e máquina, nos apontando como as relações sociais da ciência e da tecnologia nos convidam a entender os sistemas históricos e as relações estruturadas entre pessoas e máquinas como fontes renováveis de poder e assim também fontes renovadas de análises e de ação política.

Considerando a agencia da tecnologia, nos interessa também o conceito de *Escrita de Si* aqui reconfigurado como *Digitalização de Si* (FERREIRA; NATANSOHN, 2018). Para Foucault (1992) ao escrever sobre si o sujeito não está apenas reproduzido movimentos internos ou uma descrição literal de si, mas está efetivamente fazendo um exercício que é um processo de criação de si, de elaboração de si, de constituição de si como sujeito; escrever sobre si, assim, seria um processo de subjetivação. Aqui pensamos essa escrita inserida nos contextos digitais, desse modo, essa escrita enquanto subjetivação é também um processo de conversão de si em linguagens distintas quando concebemos o dispositivo digital com todas as suas características, em todos os seus formatos.

Se levarmos em consideração a questão das redes sociais on-line, essa escrita também se conforma a linguagem e aos espaços dados pelo dispositivo tecnológico e está implicada em relações de poder que a perpassam. Podemos citar como exemplo a

arquitetura desses sistemas, suas leis internas e até mesmo seus mecanismos ilegíveis, seus algoritmos, que conduzem a certas leituras e a certas interações, inseridas numa conjectura geral de mercantilização e controle da produção dos dados dos sujeitos por grandes empresas transnacionais. Ao se digitalizar, o sujeito, junto com a relação à outridade digital, constrói um corpo digitalizado e temos que entendê-lo

como o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua respectiva verdade: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida “em forças e em sangue”. Ela transforma-se, no próprio escritor, num princípio de ação racional (FOUCAULT, 1992, p.144).

Por meio dessa inscrição relacional que o sujeito faz nas redes ao digitalizar-se é que ele constitui um “passado” que pode regressar por meio dos dados enredados digitalmente, no qual compõe sua própria persona digital mediante a recolocação de coisas ditas e indexadas a si, unindo fragmentos heterogêneos por meio de sua subjetivação no exercício da escrita pessoal e do outro em relação a si. Essa persona que se constitui com os dados indexados a ela possuem persistência na rede, replicabilidade, escalabilidade e buscabilidade, bem como uma dinâmica com audiência invisível, contextos colapsados e a fluidez entre o público e o privado (BOYD, 2011). É ali, entretanto, que o sujeito pode contrastar “a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam os usos” (FOUCAULT, 1992, p.142).

Aos modos de Haraway, essa escrita dos sujeitos não está sobre seu total domínio. Além das questões de recepção, o próprio sistema em que estão inseridos exerce um controle sobre o conteúdo, sendo este controle formulado “em termos de taxas, custos de restrição, graus de liberdade. Os seres humanos, da mesma forma que qualquer outro componente ou subsistema”, são “situados em uma arquitetura de sistema cujos modos de operação básicos”, são

probabilísticos, estatísticos. Nenhum objeto, nenhum espaço, nenhum corpo é, em si, sagrado; qualquer componente pode entrar em uma relação de interface com qualquer outro desde que se possa construir o padrão e o código apropriados, que sejam capazes de processar sinais por meio de uma linguagem comum (HARAWAY, 2009, p. 62).

Neste sentido, ao procurar estabelecer os processos de digitalização de si de sujeitos que não estão em conformidade com as normas de gênero que inicialmente foram estabelecidas para si é que, inicialmente, apresentaremos como os interlocutores da pesquisa, os treze homens trans entrevistados, têm entendido sua relação com o gênero a partir do dispositivo da passabilidade, e, em um segundo momento, descrever o gerenciamento de seus dados em seus perfis pessoais, bem como o acesso a eles, para que, posteriormente, inter-

relacionemos a apropriação da tecnologia e seu agenciamento nos processos de relacionamento on-line no Facebook e as questões de gênero.

PASSABILIDADE E TRANSMASCULINIDADES

Simone Ávila (2014) nos aponta que não há um modelo universal de transmasculinidade, elas são maleáveis e estão em constante produção. Porém, ao produzir uma masculinidade em corpos distintos aos corpos cisgênero essas performatividades de gênero tornam-se um desestabilizador de masculinidades hegemônicas. Elas estão, assim, a alargar nossos entendimentos sobre gênero e sexualidade ao confrontar a norma estabelecida.

Já *passabilidade* (de “passar por”) enquanto a característica de sujeitos trans passarem por sujeitos cisgêneros, conseguindo apagar marcas do gênero imposto ao seu nascimento e de inocularem em si características do gênero com o qual se identificam e desejam ser reconhecidos, lidos como. *Passar*, desse modo, na perspectiva do gênero, diz respeito àquela pessoa que é percebida pelo gênero que deseja ser lida. Essa é uma ação que aponta para produção social do gênero quando tais sujeitos trabalham sua imagem, sua gestualidade, as inflexões de fala, modos de agir e se apresentar, – através ou não do uso de hormônios, próteses, cirurgias, práticas de atividade física, faixas de compressão, cortes de cabelo, uso de maquiagem, etc. –, ou seja, uma série de elementos culturalmente dados que imputam marcadores de gênero a um corpo.

Quando nós falamos especificamente sobre a questão da passabilidade – o que, de modo geral, nós entendemos como prática performática do gênero (DUQUE, 2017), enquanto um certo platô que uma pessoa trans atinge para ser lida como uma pessoa cisgênera –, no espectro das transmasculinidades, ela aparece de modo muito próprio, tendo em vista que os efeitos da hormonização sobre os corpos, notadamente a testosterona, que rapidamente marca um corpo como masculino e garante uma leitura de terceiros do sujeito enquanto homem (inclusive quando confrontamos as maneiras como sujeitos a significam em suas vidas e em relação a si e ao outro e como isso atravessa suas vivências no espaço on-line).

Ao pensar as vivências de passabilidade no espectro das transmasculinidades, Pol Galofre (2014) relata os atravessamentos dessa experiência em sua vida ao mostrar a ambivalência dessa característica na sua própria experiência enquanto homem trans, quando

(83) 3322.3222

ele enfim se dá conta que ele “passa”. Um dia ele foi parado na rua e cantado por um homem cisgênero gay e esse lugar do desejo do outro evidenciou para si que ele havia cruzado a linha da passabilidade do homem trans, que, segundo ele, de um lado se parece com uma sapatão caminhoneira (uma mulher cisgênera lésbica e masculina) e do outro, com um homem cisgênero. Galofre revela os processos pessoais da transição e de experimentar a passabilidade e o que ela traz enquanto reflexão de uma masculinidade hegemônica experimentada por um homem trans branco europeu:

Aí está. Consegui. Eu passo. O que aconteceu? Eu passo enquanto menino. Que conceito horrível. Não era para ser "eu sou um menino"? Mas que menino? Eu nunca serei um garoto cis, eu sou um garoto trans. E eu amo isso, eu não mudaria isso, é como me sinto melhor. Mas agora eu passo. Eu passo como um garoto cis com tudo o que isso implica (GALOFRE, 2014, on-line, tradução nossa).

Entre as questões trazidas por Galofre está por um lado a sensação de sentir-se mais seguro ao andar nas ruas e de experimentar os privilégios de ser homem e por outro, o processo de apagamento da sua condição trans, bem como começar a ser lido como um potencial agressor pelas mulheres.

Hoje existem discursos fortemente defendidos pelos movimentos trans que pleiteiam outros modos de se (re)(a)presentar para além da passabilidade por eles entendida como um processo de invisibilização da condição trans. Sandy Stone (2015) questiona a ideia de que as pessoas transexuais devem desaparecer como tais para passar despercebidas como mulheres e homens cisgêneras. Para a autora é impossível lançar um contradiscurso que fosse capaz de dizer verdades aos poderes médico-legais dos prejuízos sociais que tanto limitam a vida dos sujeitos trans, se esses sujeitos estão programados a desaparecer. Para Stone, ao invés disso, as pessoas trans deveriam sair e intervir criticamente na construção do que significa transexualidade. Como Leslie Feinberg, Stone entende que a luta trans é resignificar o gênero e mostrar que ele possui um espectro que inclui muitos tipos de minorias de gênero e que todas elas necessitam unir-se para combater os discursos e práticas do heteropatriarcado capitalista (STRYKE, 2015).

Entretanto, num contexto de violência e estigmatização transfóbica como em muitos locais do Brasil passar por pessoa cisgênera se mostra como uma estratégia de sobrevivência para sujeitos trans. Se, como conceitua Marta Lamas (2014), gênero é a maneira pela qual as sociedades simbolizam a diferença anatômica dos corpos, nessa lógica cultural atua como força subjacente da desigualdade de tratamento entre homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, cisgêneros, transgêneros, muitas vezes ela se traduz socialmente em

discriminação e violência por conta da diferença em torno da sexuação, identidade sexual e práticas sexuais.

Nas conversas com nossos interlocutores essas distintas dimensões da passabilidade aparecem nas vivências dos homens trans com os quais conversamos. Eles apontam a importância de se passar por cisgênero por questão de segurança, por não precisar ficar se afirmando e se explicando enquanto sujeitos trans, como um fator de aumento da autoestima (justamente por ser lido como aquilo que é), por ser reconhecido em seu gênero e pelo seu corpo tomar forma daquilo que deseja ser.

João Hugo, 25 anos, fotógrafo, ativista e estudante universitário apontou a questão da segurança como um fator de importância para a passabilidade, bem como que a questão de seu gênero não necessariamente ser tema de discussão:

Para mim a passabilidade é uma questão de segurança. Você não se apresenta 'oi, eu sou Sérgio, eu sou cis', sabe? Quer dizer, eu acho que você é cis, né? Se você for você não se apresenta 'oi, eu sou Sérgio, sou cis'. Então eu não preciso me apresentar 'oi, eu sou João, sou trans', sabe? Eu sou João e acabou. E a passabilidade te dá isso, essa possibilidade de você não ficar necessariamente o tempo todo dizendo que você é trans, porque as vezes você pode estar em lugares que podem te colocar em risco de violência.

Por outro lado, os homens trans também apontam aspectos negativos da passabilidade que é vista como uma questão de privilégio a poucos que têm acesso – o que significa condições financeiras para comprar hormônios, fármacos, ter acompanhamento médico, fazer cirurgias e frequentar academias – e também entendida como demanda das pressões estéticas para se encaixar nos padrões da sociedade. Além disso, ela seria enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e eficiência:

Enxergo a passabilidade como um privilégio, acima de tudo. Até porque, para conquista-la, uma pessoa trans precisa passar por muitos processos que envolvem acessibilidade e dinheiro. Os custos psicológicos do dia-a-dia para nós, por si só, já são muito caros. Costumo dizer que a gente não transiciona só porque quer, mas porque a gente precisa. É uma questão muito, muito cotidiana de sobrevivência, principalmente durante o começo desse processo, e essas experiências vão gravitar de maneira muito pessoal; entra em questão outras competências como classe social, raça, sexualidade, deficiências, etc. (Joaquim, 23 anos, estudante de Direito).

A passabilidade é apontada ainda como ligada ao apagamento da condição trans de modo que o sujeito não é mais reconhecido dessa forma o que significaria para a causa trans uma perda:

Por um lado (a passabilidade) é algo que minimiza todo o sofrimento vivido anteriormente como reflexo do "não lugar". No meu caso eu era confundido antes da transição. De costas a achavam que era um cara de frente uma mulher. Então pra mim meio que foi um alívio as pessoas passarem enfim a me respeitar e me ler como eu me via. Agora por outro lado

existem questões que precisam ser expostas a sociedade. Eu gosto de sempre que possível dizer que sou transexual pras pessoas entenderem que pessoas como eu existem e resistem, que são pessoas normais que comem bebem caga que tem uma vida que precisam de trabalho e tudo mais. E acho que a passibilidade meio que inviabiliza esse rolê (Izah, 26 anos, produtor audiovisual e apresentador).

Na tabela 1, a relação das associações positivas e negativas sobre a passabilidade para os homens trans entrevistados:

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● É uma questão de segurança; ● Não reafirmar-se e explicar-se com frequência enquanto trans; ● Aumento da autoestima; ● Ter a imagem daquilo que sente ser; ● Permitir ser respeitado no gênero que se afirma (inclusive no uso dos pronomes no masculino). 	<ul style="list-style-type: none"> ● É uma questão de privilégio daqueles que têm acesso (e dinheiro) a hormônios, fármacos, cirurgias e academias; ● É enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e deficiência; ● Está ligada ao apagamento da condição trans; ● É resultado da pressão para se encaixar em padrões estéticos.

Tabela 1 – Aspectos positivos e negativos associados à passabilidade pelos homens trans entrevistados.

MANEJO DE DADOS E GERENCIAMENTO DE REDE DE HOMENS TRANS NO FACEBOOK

Esses sujeitos que estão a vivenciar de modo distinto o mostrar/esconder sua condição transgênera de acordo com os distintos ambientes e públicos, se mostram, de modo geral, no Facebook não modulando especificamente esse falar/mostrar sobre seu gênero, mas investem de modo distinto em um controle do ambiente e do acesso as pessoas aos seus dados.

É necessário evidenciar que a digitalização de si em rede invoca a diversidade das dinâmicas das distintas audiências, normas sociais (on-line e off-line) e funcionalidades técnicas que afetam os processos de divulgação, ocultação, dissimulação e interpretação de informações para um público enredado (BOYD, 2011). É nesse contexto que como num

processo de regulação de fronteira, ao construir sua própria espacialidade no ambiente digital, é que o sujeito gerencia o acesso dos outros aos dados pessoais, controlando até certo limite a informação, manipulando a profundidade, a quantidade de dados e a frequência das exposições de si (DERLEGA; CHAIKIN, 1977, PETRONIO, 2002) bem como o acesso a eles.

Enquanto ações de gerência em seus perfis no Facebook como controle de acesso ao conteúdo, nossos interlocutores elaboraram sobre atos de bloquear pessoas – geralmente associados ao impedimento de pessoas que são consideradas transfóbica as ou que tem posições políticas e opiniões distintas – de aceitar ou adicionar pessoas na rede social (calcada na decisão de aceitar apenas pessoas conhecidas e na verificação dos perfis antes de adicionar esses sujeitos), de restringir os acessos aos conteúdos no sentido de manter seus conteúdos apenas para seus amigos, manter os conteúdos no modo privado e postagens públicas com indicação de tratamento (de como quer ser tratado). Além disso, alguns desses homens falam sobre ações de deletar perfis fotos ou posts e publicação sobre o que considera ético para estar na sua rede social:

Deletei meu perfil antigo pq o fb⁶ não deixava eu usar nome social. Dai deletei e fiz um novo. E as fotos tbm estavam lá. Queria me livrar logo delas pra não piorar minha disforia (Berilo, 30 anos, nutricionista).

Nas minhas redes sociais, antes de apagar eu salvei algumas fotos e estão até hoje no meu Facebook. Eu gosto de olhar as vezes, lembrar de algumas coisas, eu não tenho como controlar, né?, porque, por exemplo, no Facebook de minha mãe está lá ativo até hoje, minha mãe encontra todas as fotos que ela pode, antigas. E tem umas fotos minhas lá que eu estou bem menininha, mas eu não tenho muitos problemas com isso não, sabe?, algumas pessoas até me mandam as vezes fotos comigo para comparar, “olha como você está diferente” e isso é legal. Sabe, eu não tive problema com isso não. E na rede social atual eu apaguei sim algumas fotos que eu tirava quando eu era pré-T⁷, mas eu apaguei em um momento de crise de disforia, eu estava muito disfórico, aí eu apaguei tudo (Nico, 20 anos, estudante de publicidade e propagação).

A seguir a relação das ações de gerenciamento das redes referenciadas pelos sujeitos entrevistados:

ACÇÃO	DESCRIÇÃO
Bloquear	Bloqueia pessoas com ações transfóbicas e posições políticas e opiniões distintas.

⁶ Abreviação de “Facebook”.

⁷ Antes do uso da testosterona.

Aceitar/adicionar	Só aceita/adiciona na sua rede social on-line pessoas conhecidas. Verifica os perfis antes de adicionar (verificando posições e opiniões).
Restringir	Manter o acesso ao conteúdo apenas para amigos (privado). Alguma (pouca) troca de privacidade.
Deletar	Perfis, fotos e posts ou para se livrar de perfis com dados do passado ou por dificuldade de alterar o nome (política do Facebook).
Avisar publicamente	Publicação de posts sobre como quer ser tratado e declarando sua condição trans.

Tabela 2 – Ações de gerenciamento do perfil do Facebook dos homens trans entrevistados.

Importante notar que abordamos o manejo de dados também ao descrever a relação entre o dado digital e a memória subjetiva ao relacionar a edição do passado na rede e o controle de acessibilidade das informações sobre si nos espaços virtuais nos quais as noções de público e privado estão colapsadas (pela característica inerente do meio). Ao tratarmos dessa materialidade que é o dado digital que fala sobre o sujeito, pensamos em informações que estão nesse lugar específico que é a rede social, seus sujeitos e seus formatos. Percebemos que no caso de nossos interlocutores há uma valoração por parte deles de seu processo de transição e neste sentido parte dos dados com seu passado (quando ainda vivia com o gênero designado ao nascer) digital é preservado para fins de comparação, para demarcar uma narrativa de antes e depois. Entretanto alguns sujeitos preferem não ter acesso e nem permitem que outros tenham, a essas imagens, pois elas estariam associadas a um desconforto por suas marcas de gênero as quais não se identificam.

O fato é que ao tratar de memória e tecnologia pensando especificamente a vontade de ter aspectos de sua vida esquecidos ou relevados pelo outro, estamos falando sobre informações que são copropriedades junto a outros e nesse sentido fora do controle pleno do sujeito. Portanto o que

se discute ao mencionar o direito ao esquecimento é a possibilidade de desindexar certos termos dos resultados de provedores de busca. Isso porque os provedores de busca são os

meios utilizados para se localizar, na rede mundial de computadores, o conteúdo desejado e, portanto, a remoção desses resultados representaria efetiva barreira ao acesso de determinada informação (SOUZA; LEMOS, 2016, p. 123).

É desse modo que tratamos dos dados sobre si como um processo de indexação e desindexação ao corpo digital dos sujeitos. Os dados digitais são materialidades que dizem coisas sobre si, algumas que não necessariamente dizem respeito àquilo que expressa sua condição atual. A indexação de conteúdo on-line se torna um problema devido à complexidade (de formatos e tipos) e quantidade dos dados presentes nos ambientes digitais e a necessidade de classificá-los e recuperá-los. Desse modo, os motores de busca leem os conteúdos da rede indexando-os automaticamente, classificando-os por relevância, usando como parâmetros análises dos links, acessos, termos e outros. Esse processo vai vinculando uma série de dados e associando pessoas, territórios, imagens em diferentes tempos por critérios que a máquina considera de relevância. Desse modo, desindexar é romper com as ligações entre determinado dado com outros classificados e recuperados pela máquina, sendo que por dado podemos entender um agente humano.

No caso de sujeitos trans, o direito a desindexação se emparelha com a questão da passabilidade quando o atual sujeito que se apresenta com determinado gênero quer se desassociar do seu passado qualquer dado que se refira ao período em que vivia com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A fronteira borrada entre público e privado, a copropriedade desses dados (com outros perfis/usuários e com a própria plataforma) e o fato dos usuários deixarem de reconhecer a audiência total de seus dados são preocupações com privacidade que podem servir de obstáculo ao envolvimento de digitalização de si por sujeitos trans.

A prática está associada a formas de tecnológicas que garantem que boa parte dos eventos de nossa vida sejam registrados (*lifelogging*), tomando a forma de dispositivos que servem para documentar, registrar, traduzir e qualificar o cotidiano da vida (PUAR, 2017). Os eventos são, nesses dispositivos, orientados por dados informativos e experienciais, a digitalização da informação circulando entre a memória e o arquivamento. Jasbir Puar (2017) nos dirá que tais tecnologias são usadas para supervisionar nossa capacidade, o que, na questão que trazemos aqui, incluiria a própria capacidade de passar.

É nesse sentido que plataformas de redes sociais como o Facebook, do ponto de vista da subjetividade, atuam como dispositivo de vigilância que regula a formação de sujeitos, tornando-se parte integrante do que significa se tornar um sujeito na contemporaneidade. Elas

imputam práticas ciborgues que colapsam as fronteiras tradicionais entre público e privado, tencionam os afetos sobre os corpos, alteram forma de atenção, prática e repetição (PUAR, 2017). Puar (2017) sugere que tais plataformas poderiam ser usadas de forma mais generosa de experimentação e auto-elaboração sexual e corporal, em vez de amplificar a normatização dos corpos.

Enquanto resultado de pesquisa percebemos que nos espaços digitais os homens trans entrevistados vivem plenamente sua transexualidade, tendo assim como principal estratégia de autoproteção na rede a própria constituição dessa rede, ao pensar quem pode estar presente nela e quem pode ter acesso a ela. O principal atributo na escolha daqueles que podem estar presente diz respeito à liberação de acesso a pessoas que aceitem a condição transgênera do usuário e que compactuam com suas ideias e opiniões sobre política e comportamento. Nesse sentido, não há preocupações sobre diferenciação de público, já que este se dá na própria constituição dessa rede por meio de permissões de visualização e exclusões daqueles que não se encaixam no perfil ideal. Nesse sentido, a questão da passabilidade aparece mais como conteúdo desses ambientes do que como estratégia de convivência relegada mais a ambientes off-line.

CONCLUSÃO

As plataformas digitais criam espaços de trocas que são propícios as trocas de experiências vividas pelos corpos trans e enredamentos que permitem a criação de saberes compartilhados, bem como experienciar distintas dimensões da subjetividade. No entanto, mesmo que tecnicamente exista a possibilidade de desindexação de certos conteúdos, parte deles, por estarem em caráter de copropriedade, são um empecilho para alguns sujeitos que gostariam de se livrar de parte do conteúdo on-line sobre suas vidas pré-transição. Performances de *passabilidade* enquanto processo de dissimulação da condição trans do sujeito em certos contextos sociais se configuram como estratégias de sobrevivência ao rechaço e à discriminação em sociedades transfóbicas. Ao mesmo tempo tal processo aponta para a característica performática do gênero, inclusive, tanto quanto outras possibilidades de configuração de gênero, da própria heterossexualidade que é reiterada socialmente e expõe seu caráter de construção social. As relações que acontecem em ambientes digitais apresentam pouca possibilidade de controle de audiência e de se desindexar dados dos resultados de

provedores de busca e de redes sociais on-line. Gerenciar os limites das informações privadas sobre si é manejar, na medida do possível, seus rastros digitais e suas performances sociais em ambientes digitais, que sem presença física dos corpos é mediada e permanece. Assim as potências trazidas por essas tecnologias induzem a uma relação ética entre os coproprietários da informação em processos de cogestão dos limites da privacidade de cada sujeito.

Por meio de conversas com homens trans e pessoas transmasculinas usuários do Facebook é que se chega a um entendimento de passabilidade que alguns consideram importante e positivo atingir um estágio de passabilidade por questão de segurança, por não precisar ficar se reafirmando e se explicando enquanto trans o tempo todo, pelo aumento da autoestima, por ter a imagem daquilo que sente ser e por permitir ser respeitado no gênero que se afirma, inclusive no uso dos pronomes no masculino. Por outro lado ela é vista também como uma questão de privilégio àqueles que têm acesso (e dinheiro) a hormônios, fármacos, cirurgias, academias. Também é enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e deficiência. Além disso, o apagamento da condição trans e a pressão para se encaixar em padrões estéticos também foram apontados. Além disso, averiguou-se que como estratégia de gestão de dados exclusão e ocultação de fotos, exclusão de postagem por mudança de posicionamento, exclusão de perfil em rede social antes da transição, inclusive porque os sistemas não permitiam troca de nome, evitar ser fotografado, bloquear e excluir pessoas transfóbicas, escrita de texto pedindo respeito e controle de acesso aos conteúdos. Os resultados levam a desindexação de dados dos resultados de provedores de busca e de redes sociais on-line e na co-propriedade da informação e na co-gestão dos limites da privacidade procura-se constituir uma rede com pessoas de perfil similar em relação a opiniões e posicionamentos. Assim, temos homens que nos ambientes digitais vivem orgulhosamente sua transexualidade com pessoas que as respeitam, onde processos de passabilidade enquanto apagamento desse aspecto de suas vidas não se torna uma questão.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, S. N.. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência da transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

BAZZICALUPO, L.. *Biopolítica: um mapa conceitual*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017.

BOYD, D.. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Z. (org.). *A Networked Self: Identity, community and culture on social network sites*. New York: Routledge, 2011. p. 39–58.

DERLEGA, V. J.; CHAIKIN, A. L. Privacy and Self-Disclosure in Social Relationships. *Journal of Social Issues*, 33(3), 102–115. 1977.

DUQUE, T. *Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

FERREIRA, S. R. S.. O Direito ao Manejo dos Próprios Dados, a Autodeterminação e a Passabilidade Trans: diálogos a partir de um relato. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017, Salvador. *Anais do Enlaçando*, 2017. v. 1. p. 1-11.

FERREIRA, S. R. S.. A questão trans e o direito ao manejo dos próprios dados na rede: um relato exploratório narrativo e um mapeamento de relação-objeto. In: *Seminário Discente do PósCom (ComDis)*, 2018.

FERREIRA, S. R. S.; NATANSOHN, L. G. Digitalização de Si: algumas contribuições teóricas para entender o corpo em ambientes digitais In: *Congresso Internacional em Humanidades Digitais*, 2018, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, M.. A Escrita de Si. In: _____. *O que é um ator?* Lisboa: Passagens, 1992. P. 129-160.

GALOFRE, P.. Pasar, ¡qué complicado!. *Pikara Magazine*. 24 mai. 2014. Disponível em <http://www.pikaramagazine.com/2014/05/pasar-que-complicado/>. Acesso 20 nov. 2018.

HARAWAY, D. J.. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX . In: TADEU, T. (org.). *Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.

LAMAS, M. *Cuerpo, Sexo y Política*. México DF: Ed. Océano, 2014.

PETRONIO, S.. *Boundaries of privacy: dialectics of disclosure*. Albany: State University of New York Press, 2002.

PUAR, J. K. *The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability*. Durham-London: Duke University Press, 2017.

SOUZA, C. A.; LEMOS, R.. *Marco civil da Internet: construção e aplicação*. Juiz de Fora: Editar Editora assocaida Ltda, 2016.



STONE, S. El imperio contraataca. Um manifesto postransexual. In: GALOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.

STRYKER, S. Prólogo. In: GALOFRE, P.; MISSÉ, M. (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015.